

A LONGA JORNADA SOCIAL DAS MULHERES DO ESPAÇO PRIVADO AO PÚBLICO

WOMEN' S LONG SOCIAL JOURNEY, FROM DOMESTIC ISOLATION TO PUBLIC SPACE

Sandra Monica da Silva SCHWARZSTEIN*
Nívia Valença BARROS**

Resumo: Este artigo é dedicado à jornada social, política e cultural que permitiu às mulheres romper com o confinamento do espaço privado para ocupar e intervir nos espaços públicos. Focalizamos nossa atenção nos desafios, conquistas, revezes e estratégias que marcaram essa jornada. Em nossa abordagem, discutimos questões como: crise da família nuclear, gênero, identidades, patriarcalismo, amor romântico, sexualidade e persistência da violência doméstica no Brasil. Dividimos o texto em duas seções principais. Inicialmente, discutimos o patriarcalismo e dois fatores inerentes ao seu gradativo enfraquecimento: (i) a crise da família nuclear e patriarcal, com base na obra de Castells (1999) e (ii) as transformações da intimidade (sexualidade) tal qual percebida por Giddens (1993). Em seguida, construímos uma retrospectiva do movimento feminista que foi, e é, o grande protagonista das mudanças já conquistadas. Concluimos identificando um dos grandes desafios remanescentes no Brasil: o da violência doméstica contra a mulher.

Palavras-chave: Público. Privado. Família. Mulher. Patriarcado.

Abstract: This article investigates the long journey that allowed women to escape from their confinement in the domestic space of family life to reach and intervene in public spaces. We focused our attention on challenges, achievements, setbacks and strategies that marked this journey. We discuss the crisis of the nuclear family, gender, identities, patriarchalism, romantic love, sexuality and the persistence of domestic violence. The text is based on two main sections. Initially, we discussed patriarchalism and two factors inherent to its gradual weakening: (i) the crisis of the nuclear and patriarchal family, based on the work of Castells (1999) and (ii) the transformations of intimacy (sexuality) as perceived by Giddens (1993). Next, we assembled a retrospective of the feminist movement that was, and still is, the great protagonist of all changes already induced by women. We conclude by identifying one of the great challenges remaining in Brazil: domestic violence against women.

Keywords: Public. Private. Family. Woman. Patriarchy.

Submetido em 30/09/2017.

Aceito em 17/04/2018.

* Assistente Social. Mestre em Planejamento para o Desenvolvimento. Doutoranda em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Rua Almirante Alexandrino, 345/501, Santa Teresa, Rio de Janeiro (RJ), Brasil. CEP 20.241-260). E-mail: <samosi@uol.com.br>.

** Professora Associada da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós Doutora em Ciências Sociais, Doutora em Psicologia, Mestre em Educação e Graduada em Serviço Social. Rua Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis, Bloco E - 3º andar - lado par, Campus Universitário do Gragoatá, São Domingos, Niterói (RJ), Brasil. CEP 24.210-201. Email: <barros.nivia@gmail.com>.

Introdução

Este artigo é dedicado à uma análise do que foi e tem sido a jornada social das mulheres do espaço privado para o público. Para tal, com base, inicialmente, nas obras do sociólogo espanhol Manuel Castells (1999) e do sociólogo britânico Anthony Giddens (1993), refletiremos sobre a longa caminhada que permitiu às mulheres - às quais é socialmente atribuída a função de cuidar de suas famílias no espaço privado - romper o isolamento característico da vida doméstica para projetar-se no espaço público e construir uma identidade fortalecida, menos cerceada e controlada pelos poderes patriarcais. Temas como: crise da família nuclear, gênero, identidades, patriarcalismo, amor romântico, sexualidade e a história do movimento feminista no mundo e no Brasil são algumas das temáticas aqui discutidas.

De partida, para falar desta jornada, consideramos ser necessário refletir sobre a clássica distinção entre os espaços doméstico e público, que remete à organização das antigas cidades gregas. A filósofa Hannah Arendt (1983) refere-se ao espaço privado (doméstico) como o lugar privilegiado da intimidade e da privacidade; lugar no qual as necessidades de sobrevivência de seus membros e a continuidade da espécie são satisfeitas. Em contrapartida, o espaço público (político) refere-se ao mundo restrito dos cidadãos livres das obrigações impostas pelas necessidades. A necessidade seria a categoria que distingue um espaço do outro, estando o espaço público vinculado a relações de igualdade e o privado às relações de subalternidade. Com a emergência da sociedade industrial, o mundo do trabalho, enquanto atividade produtiva e remunerada, também passou a compor o espaço público.

São numerosos os estudos feministas que apontam para as consequências danosas desta diferença rígida entre espaço público e privado, também associada a várias outras oposições binárias¹, que se retroalimentam e fortalecem uma assimetria de poder entre polos extremos. No cotidiano, essa oposição se manifesta quando “a mulher está para o mundo privado e doméstico assim como o homem está para o mundo público e político”, como fazem ver as pesquisadoras Cássia Carloto e Silvana Mariano (2010, p. 453). Na perspectiva dessas autoras, na hierarquia das relações sociais, as mulheres foram associadas ao polo inferior e o homem ao superior. A crítica contemporânea deixa claro que a tradicional distinção entre os espaços privado e público faz parte do discurso de dominação e de opressão das mulheres no espaço privado. Muitos são os autores que fazem ver que foi somente a partir do início do século XIX que os relatos históricos passaram a dar visibilidade à condição social das mulheres.

Este trabalho se divide em dois blocos. O primeiro, baseado na obra de Castells (1999), é dedicado ao patriarcalismo com destaque para a crise da família nuclear e patriarcal. Inclui também uma reflexão sobre as transformações da intimidade (sexualidade) tal qual percebida por Giddens (1993). No segundo, apoiando-se em feministas como Cynthia Sarti (2004), Ana Alice Alcântara Costa (2006), Adriana Ramos

¹ Carloto e Mariano (2010) citam os exemplos: masculino x feminino, político x doméstico, produção x reprodução, cultura x natureza, independência x dependência.

de Mello (2016) e Maria Amélia de Almeida Teles (2017), discute a trajetória do movimento feminista no mundo e no Brasil e à questão da violência doméstica.

1. Jornada Social das Mulheres do Espaço Privado para o Público

No século XIX, a saída das mulheres do espaço doméstico, suas jornadas e possibilidades de ruptura com a estrutura patriarcal dominante, predominantemente concentradas na Europa e nos Estados Unidos, dependeram, paradoxalmente, da “permissão” de figuras masculinas como o pai, o marido, irmão ou religiosos que, percebendo as habilidades femininas de enfrentamento de epidemias, sequelas de guerras, crises econômicas e problemas urbanos, passaram a autorizá-las a “sair” do espaço privado e a assumir funções caritativas e filantrópicas imprescindíveis para a sociedade, afirma a historiadora Michelle Perrot (1991). Foram essas trajetórias, na época permitidas e abençoadas pelos homens, que contribuíram para a ampliação da influência política de mulheres, que passaram a sair às ruas, acrescentando novos papéis sociais aos que lhes haviam sido reservados historicamente e assentando assim os alicerces de uma nova cultura, fomentadora da consciência de gênero. Trata-se de um período identificado como a primeira fase do feminismo, cujo início, assim como o de qualquer movimento social, é difícil definir com precisão. O que se sabe, é que muitas iniciativas isoladas e pontuais eclodiram ao longo do tempo, antes de se consolidar de forma mais coletiva. Desde as primeiras mobilizações pelo sufrágio, pelo direito à vida pública até o debate de gênero², a luta tem sido intensa.

Referindo-se à trajetória social das mulheres na contemporaneidade, Manuel Castells (1999) fala de movimentos feministas que, em todo planeta, construíram para si novas identidades culturais. São novas formas de estar no mundo público e, sobretudo, de luta e afirmação de poder e de igualdade. Anthony Giddens (1993), por sua vez, fala sobre a importância das mudanças atuais no campo da sexualidade, que têm tido impactos revolucionários e têm aberto novas possibilidades de democratização das relações entre homens e mulheres, homens e homens e mulheres e mulheres, tanto no espaço privado, quanto no público.

Trata-se de possibilidades de democratização que foram sendo construídas a partir das experiências cotidianas de relacionamento e de vivência dos papéis socialmente estabelecidos entre homens e mulheres em três campos: na família, no trabalho remunerado e na sexualidade. Em cada um desses campos, as mulheres, através das suas táticas cotidianas e de sua inserção social - destacando-se a participação no movimento feminista que influenciou, muitas vezes de forma sutil e em outros momentos de modo incisivo, as mais diferentes ações - passaram a enfrentar as ameaças de uma sociedade estruturada numa ordem patriarcal, conquistando assim novos horizontes.

² Para a pesquisadora Maria Luiza Heilborn (1991), gênero se configura na diferença entre as características culturais atribuídas a cada um dos sexos e a dimensão biológica da pessoa. Entende, portanto, que a pessoa é produto de uma série de fatores que estão intrinsecamente vinculados ao processo de aprendizagem cultural e à forma que cada um tem de se relacionar com sua própria anatomia. Com relação à construção da questão de gênero, estudos antropológicos revelam a existência, nas diferentes culturas, de múltiplas interpretações sobre a condição feminina e sobre sua inserção nos espaços públicos e domésticos.

1.1. *Estrutura patriarcalista e família nuclear burguesa*

O patriarcalismo é uma das estruturas sociais que serve de fundamento à quase totalidade das sociedades contemporâneas³. Uma estrutura que, segundo Castells (1999, p. 169), "caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar". Para o autor, para que essa autoridade possa ser exercida, o patriarcalismo deve predominar em "(...) toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura". Em consequência desse predomínio, também o indivíduo e suas relações pessoais se veem marcadas pela dominação e violência.

Esta estrutura patriarcalista, da qual o modelo milenar de família é um dos fundamentos principais, há muito questionada, passou a ser criticada de modo mais intenso a partir de 1960, em grande parte por conta da entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho e da transformação das relações na intimidade associadas ao desenvolvimento da consciência das mulheres sobre sua condição de subalternidade. Trata-se de dinâmicas que devem ser entendidas no contexto do crescimento globalizado de uma economia informacional, das transformações tecnológicas no âmbito da reprodução humana e das lutas dos movimentos feministas, por mais diversos que possam ser (CASTELLS, 1999).

Discorrendo sobre a estrutura patriarcalista, a autora Ângela Mendes de Almeida (1987) fala do surgimento da família nuclear e burguesa - patriarcal como aquelas que a antecederam - que emerge, enquanto modelo idealizado, com a ascensão da burguesia industrial, no início do século XIX. Surge como evolução ideológica da família protestante, como opção à decadência de costumes da aristocracia e com a emergente concepção de democracia. A família extensa, modelo anterior à modernidade, torna-se "intimista". Essa nova família restrita ao pai, mãe e filhos torna-se o padrão ditado pela modernidade, cabendo à mulher, o que foi chamado de instinto maternal, o cuidado e a mediação entre pai e filhos. Assim nesse espaço privado, a mulher torna-se a "rainha do lar", enquanto o pai continua exercendo sua autoridade. A família nuclear moderna, renova o patriarcalismo.

Afastadas das dinâmicas da produção familiar rural, deslocadas pelo processo de urbanização, as mulheres se viram ainda mais confinadas ao lar que antes. A partir do momento, contudo, em que o processo de industrialização nelas identifica uma força de trabalho mais barata que a dos homens, tem início uma nova fase de sua jornada rumo ao espaço público. Pouco a pouco, na esteira das rotinas da vida cotidiana, é deflagrada uma lenta transformação da estrutura da família nuclear.

Analisando o estágio alcançado por essa transformação estrutural nos meados dos anos 1960 do século passado, Castells (1999) identifica quatro mudanças globais convergentes, que vieram se conjugar aos anseios de emancipação feminina na contemporaneidade, acelerando assim o processo: i) a economia e o mercado de trabalho, articulados às oportunidades educacionais para as mulheres; ii) as tecnologias no

³ Castells (1999) fala que todas as sociedades se fundamentam em base patriarcal. Pensamos que alguns grupos, nações ou povos africanos e indígenas em todo o mundo, não se organizam tão fortemente a partir do patriarcalismo.

campo da saúde (controle da gravidez e da reprodução humana); iii) a migração das mulheres dos movimentos sociais predominantemente masculinos⁴ (trabalhistas e revolucionários) para formas de organização mais coerentes com suas necessidades específicas; iv) a difusão acelerada das ideias, em uma cultura globalizada, favorecendo a construção de redes de experiências femininas.

O aspecto mais visível da crise da família patriarcal, consolidada ao longo do tempo, é o do enfraquecimento do modelo baseado no poder do homem, considerado o chefe do grupo familiar. Os estudos de Nadine Lefaucheur (1991)⁵ identificaram os contornos gerais da crise posteriormente sistematizada por Castells (1999), que identifica quatro tendências específicas presentes em quase todas as sociedades, em especial nos países desenvolvidos.

A primeira tendência é a da **dissolução dos lares**, pelo divórcio ou separação conjugal, que leva à constituição de novos lares, com apenas um dos genitores e à criação de lares de solteiros. A segunda tendência revela a **crescente regularidade das crises conjugais**, decorrentes das dificuldades enfrentadas pelos cônjuges para conciliar casamento, trabalho e vida pessoal. São essas mesmas dificuldades que, muitas vezes, estão na origem da postergação de uniões formais e informais.

A terceira mostra que estas tendências articuladas a **questões demográficas**, a exemplo do envelhecimento da população e da diferença da taxa de mortalidade entre os sexos, criaram grande diversidade de arranjos familiares, diminuindo assim o predomínio da família nuclear clássica. A quarta e última indica que, com a **instabilidade familiar e a gradativa autonomia das mulheres** sobre seu desejo reprodutivo, se amplia a crise da família, assim como os problemas advindos da reposição da população.

Retroalimentando-se, essas tendências colocaram em xeque a institucionalidade da autoridade patriarcal, assim como os valores e a estrutura da família nuclear, não se tratando, contudo, do fim da família enquanto grupo social primário, como alguns alardeiam, até mesmo porque, além desta família patriarcal e nuclear, outras estruturas familiares sempre existiram e se mantiveram de forma invisibilizada (ALMEIDA, 1987).

Castells (1999) identificou estas tendências através de uma análise quantitativa que abrange dados de dezoito países⁶. Entre seus achados, detalhando essas transformações, aparece a curiosa conjuntura do Japão, que é o único dos países estudados que não se enquadra na tendência geral de aumento do número de divórcios. Em relação a este país, Castells faz ver que, culturalmente, no Japão o nascimento de crianças fora do casamento é motivo de especial vergonha e que este fato contribui para fortalecer o patriarcalismo

⁴ Não por último por conta das discriminações e abusos sexuais sofridos.

⁵ Nadine Lefaucheur (1991) fala das tormentas que as famílias tradicionais têm enfrentado, desde a década de 1960, citando a redução vertiginosa nas taxas de natalidade, bem abaixo das taxas de reposição da população; do aumento das crianças nascidas fora do casamento. No final dos anos 1970, também caem as taxas de nupcialidade e fecundidade e aumentam os percentuais de uniões informais e de divórcio e o número de famílias monoparentais, assim como as uniões livres entre jovens e aumento da taxa de divórcio precoce.

⁶ Dados referentes a Índice de variação na taxa estimada de divórcio nos países selecionados, de 1971-1990: Canadá, França, Itália, Japão, Reino Unido, Estados Unidos, União Soviética, México e Egito. Dados referentes a “Tendências observadas nas taxas de divórcio para cada 100 casamentos em países desenvolvidos, de 1970 a 1990: Alemanha Ocidental, Dinamarca, Grécia, Holanda, Hungria, Inglaterra e País de Gales, Suécia, Tchecoslováquia.

que, para o autor, permanece conservado graças à pouca expressividade do movimento feminista japonês, cujo fortalecimento seria apenas uma questão de tempo.

Interessante também a constatação geral de que casais que apenas vivem juntos separam-se com maior regularidade que casais formalizados, assim como a tendência universal das pessoas casarem cada vez mais tarde, registrada especialmente entre as mulheres jovens, assim como a verificação do aumento do número de crianças nascidas fora do casamento, nos países desenvolvidos.

Castells identifica um aumento também no número de famílias monoparentais, em geral chefiadas por mulheres, com filhos dependentes originados de separações ou gerados por mães solteiras. À exceção da Indonésia, em países da Ásia, América Latina e Caribe, Oriente Médio e Norte da África, o autor registrou, entre 1970 e 1990, uma tendência geral de crescimento de lares em que a mulher é a chefe da família.

O Brasil acompanha essa tendência. Entre nós, de acordo com o IBGE (2002) o percentual de famílias chefiadas por mulheres em 1980 era de 15,6% e, segundo o estudo “Estatísticas de Gênero”, do IBGE (2014) saltou para 37,3% em 2010. Sendo que este indicador cresce levemente a 39,3% quando se trata de famílias em áreas urbanas.

Vale notar também que, em dezessete países pesquisados⁷, o percentual das pessoas que moram sozinhas oscila entre um quinto e um terço dos domicílios e que outros números apontam para a queda das taxas de fecundidade⁸ nos países desenvolvidos, a um nível inferior ao do índice da necessária reposição populacional. Tanto é que, como revelam estudos de Lefaucheur (1991), na Escandinávia, políticas de proteção e suporte social direcionadas a todos os cidadãos, na década de 1980, ajudaram a recuperar taxas de fecundidade demasiadamente baixas. Em seu conjunto, tratava-se de ações públicas que ofereceram suporte material e psicológico às famílias, compatibilizando a maternidade com a permanência das mulheres em seus empregos e promovendo, desta forma, naquele período, o alcance da mais alta taxa de fecundidade da Europa⁹. Em resumo, no tocante aos países desenvolvidos¹⁰, Castells constata um enfraquecimento significativo e geral do modelo de família patriarcal, enfraquecimento este que encontra equivalências em regiões urbanas de países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil.

1.2 Transformações da intimidade: do amor romântico ao amor confluyente

O tema da sexualidade, antes restrito ao espaço privado, ganhou importância gradativa nos espaços públicos ao longo das últimas décadas. Segundo Giddens (1993), as mulheres comuns, assim como os

⁷ Países pesquisados, conforme tabela “Número de lares habitados por apenas um dos pais em relação ao número total de lares em países selecionados, 1990-3”: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Grã-Bretanha, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Finlândia, Áustria, Suécia, Estados Unidos e Japão.

⁸ No texto original o autor utiliza o termo “Taxa de Fertilidade”.

⁹ Esta autora acrescenta ainda que nos anos 1990, observa-se uma redução do Estado de Bem-estar na Escandinávia, mesmo assim as taxas de fertilidade se estabilizaram nos padrões de reposição.

¹⁰ Para reforçar sua argumentação, Castells (1999) fala que nos Estados Unidos, nos anos 1990, ¼ do total das famílias poderia ser enquadrada como família patriarcal e nuclear, outro ¼ das famílias é formada por pessoa sozinha, na maioria mulheres, idosas viúvas. Por outro lado, as crianças nascidas fora das uniões formais neste país não são resultado apenas do processo de afirmação das mulheres, são também resultado da pobreza e da baixa escolaridade.

grupos feministas, foram precursores históricos das mais amplas e relevantes transformações sociais no campo das relações de igualdade sexual e emocional.

No imaginário social sobre a família nuclear, o “amor romântico” e o “amor materno”, são mitos que fortaleceram o domínio masculino e foram socialmente naturalizados na modernidade, institucionalizando-se, impactando fortemente a vida das mulheres e restringindo sua atuação ao espaço familiar e aos cuidados do marido e filhos, segundo Elizabeth Badinter (1985) e Ângela Mendes de Almeida (1987).

A cultura ocidental dividiu as mulheres em dois grupos, as virtuosas e as perdidas, consolidando a tradição de liberdade sexual masculina, dando respaldo às suas múltiplas práticas sexuais, antes e depois do casamento, e enquadrando homens e mulheres num duplo e desigual padrão sexual (GIDDENS, 1993).

Na contemporaneidade, com a crescente, mas ainda incompleta igualdade sexual, homens e mulheres têm vivenciado mudanças fundamentais em seus comportamentos e atitudes. As mulheres não têm mais se subordinado, como outrora, à dominação sexual masculina, tendo, tanto elas quanto eles, que lidar com as implicações desta postura. Influenciada por essa evolução das relações entre os sexos, a vida pessoal ganhou uma perspectiva mais ampla e menos estável. Essas mudanças se deram no bojo de experiências sociais do cotidiano, todas elas relacionadas com a família, o casamento e a sexualidade (GIDDENS, 1993) e, neste contexto, com os espaços sociais ocupados pelas mulheres.

Giddens se refere a uma pesquisa sobre histórias sexuais nos EUA¹¹ que, em 1989, identificou algumas das importantes mudanças nas relações entre homens e mulheres que ocorreram ao longo das últimas décadas. Entre elas, a crescente expectativa de satisfação sexual que ambos traziam para o casamento; o aumento dos casos de relações sexuais extraconjugais vividas por mulheres casadas; a persistência do duplo padrão sexual masculino e o inconformismo das mulheres com este tipo de comportamento. Não obstante a limitada dimensão territorial e cultural da pesquisa, acredita-se que, muito provavelmente, mudanças impressionantes, desta ordem, aconteceram não apenas nos EUA, mas também numa maioria das sociedades do ocidente.

Na atualidade, a descoberta da sexualidade tem propiciado modos distintos de vida e tem sido experimentada como algo que não é mais preestabelecido e que “funciona como aspecto maleável do eu, um ponto de conexão primária entre o corpo, a auto-identidade e as normas sociais” (GIDDENS, 1993, p. 25).

Mas, para pensar estas mudanças, há que se fazer a distinção entre a paixão arrebatadora e o amor romântico. A ideia do amor paixão¹² é um fenômeno quase universal, diferente do amor romântico, que guarda maior especificidade cultural. Na Europa, antes da modernidade, grande parte dos casamentos era contraída com base numa aliança econômica e, entre os pobres, como meio de ordenar o trabalho no campo.

¹¹ Pesquisa feita por Rubin (1989) sobre histórias sexuais nos EUA, com cerca de mil pessoas.

¹² Alguns poemas encontrados a mais de 1.000 a.C., no Egito Antigo, descrevem o amor como algo arrebatador, que estraçalha o eu, como uma doença, com poderes ocultos (GIDDENS, 1993).

Entre as mulheres, apenas as consideradas respeitáveis representantes da aristocracia podiam - como confirmação e expressão de seu poder - vivenciar a licenciosidade sexual além de serem desobrigadas da reprodução e do trabalho.

No final do século XVIII, o imaginário do amor romântico expandiu-se, permeando os desejos de liberdade e auto-realização pessoal, flertando com a sexualidade e a virtude, juntamente com a capacidade de distinguir o outro como um ser especial. A concepção de amor romântico contribuiu para as mudanças que afetaram a vida social, num tempo em que a ordem racional da modernidade passou a ocupar o lugar arbitrário do dogma e do misticismo.

A vida emocional se reordenava nas ações cotidianas e, sobretudo, no espaço privado. O amor romântico tornou-se uma espécie de garantia de uma relação perene, uma segurança para os que por ele fossem afetados. A emergência desse amor deve ser compreendida em sua associação com as influências que envolveram as mulheres a partir do final do século XVIII. Dentre elas, a criação do lar, as mudanças no padrão relacional entre pais e filhos e, por último, o que foi denominado de “mito do amor materno” pela filósofa e historiadora Elizabeth Badinter (1985). A separação dos espaços de trabalho e do lar, reduziu a autoridade do homem sobre a família. Com a diminuição do grupo familiar, cresceu a autoridade feminina e as crianças passaram a ter maior atenção emocional das mães. A novidade era a associação da maternidade com a feminilidade, algo próprio da personalidade da mulher, vinculado a um tipo de sexualidade. Assim, com a modernidade, a maternidade passa a ser idealizada, nutrindo os valores do amor romântico e a imagem da esposa e mãe. Percebe-se que nesse momento se processa um deslocamento da autoridade patriarcal, que ocupava soberanamente o centro da família, para o universo do afeto maternal.

Esse amor romântico no casamento expressava o amor entre parceiros e as suas mútuas responsabilidades na proteção dos filhos e da propriedade. Com as divisões entre público e privado, entretanto, percebe-se que a realização desse amor se tornou obrigação das mulheres e que essa concepção amorosa se associava à sua subordinação e ao seu confinamento no espaço doméstico. Vinculado à subalternidade feminina, esse ideário conferia também, contraditoriamente, um certo poder e autonomia, possibilitando novos domínios de intimidade às suas guardiãs. Dentre as táticas construídas para reduzir os desencantos do casamento, as mulheres teceram redes de amizade entre si (GIDDENS, 1993).

A peculiaridade transgressora do amor romântico foi controlada pela associação desse amor com o casamento, com a maternidade e também com a idealização da perenidade do que era chamado de verdadeiro amor. Assim, um casamento considerado como sendo bom, mesmo que não compensador, estava alicerçado numa divisão sexual de trabalho entre os sexos, com o homem provedor dominando o mundo público do trabalho e a mulher o mundo doméstico. Para Giddens (1993) só recentemente muitas mulheres conseguiram viver de fato as suas vidas ao sair da casa dos pais para realizar seus planos, quando anteriormente, a maioria só saía para casar.

Este autor apresenta os achados de uma pesquisa¹³ do final dos anos 1980 sobre as histórias de vidas de mulheres norte-americanas, com idades entre 30 e 75 anos. Embora muitas destas mulheres estivessem sozinhas, separadas ou viúvas, estavam num processo de reconstrução de suas vidas e todas consideravam o casamento como centro da vida da mulher, apesar de considerar que, no passado, o casamento era bem diferente da atualidade. Um dos relatos, fala do casamento como opção ao controle rígido da família, uma transição para a vida adulta, como “uma recriação de um casulo, ao mesmo tempo em que se é uma borboleta inteiramente desenvolvida”, segundo Giddens (1993, p. 64). Outros enfatizaram que deixaram seus estudos em segundo plano para dedicarem-se plenamente ao casamento e que sua autoestima dependia do seu envolvimento com os anseios e realizações do marido.

Giddens (1993) destaca dois desses relatos que falam de histórias comuns, cheias de sofrimento, nas quais o amor não tinha sido o ponto central: o casamento havia sido uma armadilha à qual as mulheres se haviam entregue profundamente quando, na verdade, ansiavam por liberarem-se dos confinamentos domésticos que tinham sido impostos às suas mães. Essas mulheres que queriam se afastar deste padrão materno sem negar a sua feminilidade, pensavam o casamento como opção para construir sua auto-identidade.

Pioneiras, elas transitam em terrenos desconhecidos e modificam sua auto-identidade à medida que se confrontam e são confrontadas com as transformações na família, no casamento e no trabalho. Por um lado, apesar das contradições do casamento, conseguiram, muitas vezes, construir uma certa autonomia. Ao arrepio dos anseios feministas, passaram também a explorar a possibilidade de outras trajetórias. São mulheres que consideravam ser possível introduzir maior reflexão no casamento, apesar de suas contradições, acreditando que essa instituição apesar de tudo proporcionava um lugar de reconhecimento social para si, enquanto esposas e mães. São mulheres de uma geração que ajudou a fazer um caminho de reorganização da vida íntima.

Dando seguimento, o autor, articula os achados destas histórias aos achados de outra pesquisa com adolescentes¹⁴, dizendo que não é a toa que na geração mais jovem não se enfatiza tanto o casamento, mas sim o relacionamento. Este termo “relacionamento” tem sido utilizado em tempos recentes no sentido de vínculo “emocional próximo e continuado com outra pessoa”, algo que Giddens (1993, p. 68) chama de “relacionamento puro”, uma relação social que se inicia pela relação em si, isso é, no momento em que duas pessoas permanecem juntas porque consideram que, individualmente, vivenciam satisfação suficiente na relação. Ou seja, o relacionamento puro compõe uma reestruturação geral da intimidade, surge em outras situações da sexualidade, tanto nas relações heterossexuais quanto homossexuais e está associado a “sexualidade plástica”.

¹³ Pesquisa realizada por Emily Hancock sobre as histórias de vida, de 20 mulheres.

¹⁴ Pesquisa de Sharon Thompson sobre valores, atitudes e comportamentos sexual de 150 adolescentes de todas as classes e origens étnicas, nos Estados Unidos, no final da década de 1980 (GIDDENS, 1993).

A trajetória do amor romântico, que, do seu início ao seu declínio, refere-se sobretudo às mulheres e à transformação desse amor, excluiu de certa forma os homens. Estes, foram influenciados pelas ideias do romantismo de modo diferente das mulheres. Somente nos dias atuais, nas sociedades ocidentais, os homens estão descobrindo seus problemas com este padrão de masculinidade. Desde o início se esquivaram de refletir sobre a intimidade e os que se consideravam experts nesse amor, na realidade, se especializaram nas artes da sedução¹⁵.

Na contemporaneidade, o imaginário romântico vem perdendo força com a emancipação social e sexual da mulher. Giddens (1993) também nos fala do “amor confluyente”, como um sentimento ativo, contrário a noção de perenidade do amor romântico. A tolerância social para com a dissolução dos casamentos aparece como resultado do surgimento do “amor confluyente”, que se fundamenta na possibilidade de relacionamentos mais igualitários e partilhados. Graças a toda esta dinâmica e, sobretudo, através das trocas emocionais entre os parceiros - que quanto mais exercitadas, mais próximas se tornam do relacionamento puro - o amor confluyente se mostra mais equilibrado no que toca às relações de gênero.

Numa sociedade onde todos têm a possibilidade de realização sexual, o amor confluyente põe a arte erótica no centro da relação conjugal e faz da reciprocidade do prazer sexual um fator determinante tanto para manutenção quanto para a dissolução desta relação. Dilui-se, assim, a possibilidade de discriminação entre mulheres virtuosas e perdidas.

Revolvidos, desde o final do século XVIII, por mudanças sociais, econômicas e culturais e fertilizados pelos movimentos feministas, os campos da família, do trabalho e da sexualidade receberam as sementes das ideias de emancipação das mulheres, que vingaram e produziram frutos em muitas partes do mundo.

Importante notar, por último, como o fazem Giddens, Castells e outros, que as experiências coletivas de construção e reconstrução da identidade feminina, transformadoras das relações entre os sexos, alimentaram também um processo de questionamento da heterossexualidade - que é uma das principais dimensões da agora enfraquecida identidade patriarcal - e trouxeram à tona tantas outras configurações familiares invisibilizadas.

2. Os movimentos de mulheres construtoras de novas identidades

2.1 O feminismo internacional

O movimento feminista, vivenciado nas práticas e nos discursos, tem uma trajetória multifacetada. Ressurge nos EUA e na Europa nas décadas de 1960 e 1970, desafiando o imaginário do patriarcalismo e se fortalecendo numa diversidade de lutas das mulheres.

¹⁵ Em relação aos anseios, Giddens (1993) fala que os homens querem status frente aos outros homens, expressado por valores materiais e solidariedades masculinas. Com a modernidade, os homens buscaram no trabalho a construção de sua auto-identidade e ainda não perceberam que refletir sobre o eu envolve uma reconstrução emocional do passado para poder vivenciar um novo modo coerente em direção ao futuro.

Concordamos com Castells (1999) que, ao referir-se a Jane Mansbridge, faz ver que as identidades feministas não são concedidas. Que foram e são identidades adquiridas e que são instituídas e fortalecidas quando as mulheres atuam em conjunto; quando leem e escrevem sobre o feminismo, partilhando suas reflexões com outras mulheres. O processo de falar e agir cria as chamadas “teorias de rua” e lhes confere sentido e desenvolvimento. As experiências de transformação pessoal e de compartilhamento tornam as feministas interiormente responsáveis pelo próprio movimento.

O fundamento comum à diversidade dos movimentos feministas em todo o mundo tem sido o empenho - individual ou coletivo, histórico, formal ou informal - de redefinir o gênero feminino em oposição direta ao patriarcalismo.

O movimento feminista norte-americano surgiu em 1848, em Nova York, com a luta das mulheres pelos direitos à educação, ao trabalho e ao poder político, mas foi somente em 1920, que conquistou o direito feminino ao voto. Segundo Castells, foram também mulheres, predominantemente afro-americanas que, por volta de 1950, protagonizaram o movimento pelos direitos civis no sul do país. Movimentos de massiva participação feminina, originários dos movimentos sociais, vinculados aos direitos humanos e as tendências revolucionárias da contracultura, emergiram, contudo, apenas a partir dos anos 1960 (GIDDENS, 1993; CASTELLS, 1999).

Em 1966, um grupo de mulheres ativistas criou a Organização Nacional da Mulher (NOW), nos EUA. Essa organização empreendeu esforços para alcançar direitos iguais para as mulheres em todos os âmbitos da vida social, institucional e econômica, num momento muito influenciado pela corrente do “feminismo liberal”. Na mesma década, outras mulheres militantes de movimentos sociais mais radicais, reagindo à discriminação sexual e dominação masculina, passaram a se organizar criando a corrente do “feminismo radical”. Essa corrente foi responsável pela organização de coletivos e instituições de cultura feminina independentes, além de ações de proteção contra a violência sofrida pelas mulheres (CASTELLS, 1999).

Em 1972, algumas mulheres que integravam a corrente “feminista socialista”, de vertente marxista, constituíram uma Coalizão de Mulheres Sindicalistas. A corrente “feminista lésbica”, ligada ao movimento radical, realizou nos anos 1970, no Congresso para Unificação das Mulheres, uma de suas primeiras manifestações políticas. Nos anos 1980, uma intensa reação antifeminista apoiada pelo governo republicano, contribuiu para um acordo entre as correntes, liberal, radical, socialista e lésbica em defesa dos direitos reprodutivos.

Segundo Castells (1999) diferenças entre as distintas correntes do movimento feminista, provocaram, contudo, tensões que se tornaram visíveis quando o movimento alcançou todas as classes sociais e grupos étnicos norte-americanos. Trata-se, a nosso ver, de tensões semelhantes às que dividiram os grupos de mulheres francesas aristocratas e operárias, no século XIX, descritas por Perrot (1991). Focalizando-se os diversos contextos de opressão, vale citar a filósofa norte-americana Angela Davis, (2016) que traz uma inegável contribuição para se pensar o racismo e a classe social, e também a advogada Kimberlé

Crenshaw (2002) que, através de seu conceito de interseccionalidade, reflete sobre as interações de diferentes opressões nas diversas estruturas de poder apontando a importância de se refletir sobre racismo, classe social e gênero.

Outras questões entrelaçadas também vieram contribuir para dificultar as relações entre as feministas históricas e as mais jovens. As questões divergentes diziam respeito a ruptura com a hegemonia da norma heterossexual¹⁶, em especial, a importância concedida a expressão sexual em todas as suas formas pelas feministas mais jovens e à articulação com o movimento gay. É aqui que surge uma aliança entre lésbicas e gays contra a homofobia que se contrapõe ao modelo hegemônico de família patriarcal heterossexual (CASTELLS, 1999). Apesar das diferenças, contudo, antigas e novas feministas, conservavam os mesmos fundamentos.

Esse processo contribuiu para maior diversificação do movimento e de suas formas de auto-definição. Por outro lado, por conta dessa amplitude e desvinculação com correntes ideológicas, mulheres comuns puderam se juntar ao movimento. Ou seja, graças a uma diversidade de práticas de “auto-identificação”, mulheres de distintas classes sociais e grupos étnicos e com diversos objetivos, compartilharam um mesmo marco de opressão que, ao tempo em que as identificava socialmente, construía uma identidade nova e coletiva.

Com base na trajetória do movimento estado-unidense, Castells (1999) reflete sobre a globalidade do movimento feminista e apresenta as características do feminismo em diferentes países¹⁷. Na Europa Ocidental, Austrália e Canadá, o movimento se expandiu na década de 1990, multifacetado, dinâmico, repleto de peculiaridades. Na Grã-Bretanha, nos anos 1980, depois de uma fase difícil de resistência às investidas neoconservadoras da gestão Thatcher, mesmo fragmentado, o movimento expandiu-se pela sociedade. A cultura feminista e o lesbianismo deram origem a grupos alternativos.

Interessante destacar, contudo, que a análise histórica do movimento feminista estado-unidense faz ver que, apesar de toda essa diversificação, as feministas vanguardistas dos anos 1960 - em sua maioria brancas de classe média e alta escolaridade - chegando o final do século, optaram por priorizar as reivindicações das mulheres afro-americanas, latinas e de outras minorias.

Em países Asiáticos, como Índia, Paquistão, Burma, Bangladesh e Filipinas, o percurso do movimento feminista, ainda que restrito a um pequeno círculo de mulheres dos segmentos médios e intelectuais, também foi complexo e antagônico. Várias mulheres tornaram-se referências políticas e até mesmo chefes de Estado, difundindo questões como democracia e desenvolvimento. Mesmo levando em conta que muitas destas mulheres para chegar ao poder submeteram-se a uma lógica política eminentemente

¹⁶ Semelhante ao movimento feminista dos EUA, o movimento brasileiro também vivenciou dificuldades de integrar os grupos das lésbicas (TELES, 2017).

¹⁷ O autor discorre sobre as peculiaridades do movimento feminista na Grã-Bretanha, Itália, Espanha, Rússia, Japão, Coreia, China, Taiwan e outros, destacando as trajetórias de luta influenciadas pelos contextos políticos (relações com o Estado e instituições), culturais (de tradição patriarcal e religiosa). Nesse texto priorizamos o movimento norte-americano, em concordância com o autor, considerando tratar-se de um dos primeiros países a registrar o renascimento do movimento na década de 1960. Para maiores detalhes, ver Castells (1999, p. 221-9).

patriarcal, impõe-se constatar que seus exemplos sinalizaram às mulheres mais jovens a existência de novos modelos e possibilidades de ruptura de preconceitos (CASTELLS, 1999).

O que se percebe é que o surgimento das diversificadas estratégias e práticas das múltiplas correntes do movimento pode às vezes passar uma falsa impressão de fragmentação, mas que a aplicação da concepção de “identidades singulares”, proposta por Castells, permite entender que estamos lidando com uma diversidade e amplitude que, como constatado de maneira análoga por Gabriele Griffin - citada pelo autor - se manifesta, finalmente, como força e capacidade de assertividade em contextos locais e temporais específicos, num cenário de continuidade histórica.

2.2 O feminismo no Brasil

Na América Latina¹⁸, as primeiras manifestações feministas aconteceram no Brasil, Chile, na Argentina, no México, no Peru e na Costa Rica, na primeira metade do século XIX. Desde então, o movimento feminista na América Latina, no Brasil¹⁹, assim como em outras partes do mundo, vem passando por constantes transformações. Nossa atenção será direcionada à jornada das mulheres, às experiências das feministas brasileiras. Discorreremos sobre suas transformações, novas demandas, contradições e enfrentamentos, a exemplo da violência doméstica contra a mulher que, apesar dos significativos avanços alcançados pelo movimento persiste como problema dramático e expressão de brutal desigualdade.

Uma das primeiras feministas no Brasil, nasceu em 1809, no Rio Grande do Norte, Nísia Floresta Brasileira Augusta, engajou-se na luta pela abolição da escravatura, defendeu o acesso à educação e a emancipação feminina, além do estabelecimento da República. Imprescindível também registrar a luta de resistência à escravidão, das mulheres negras, no século XVII, a exemplo de Aquatune, avó do grande líder Zumbi dos Palmares e fundadora do quilombo, além de Dandara, outra guerreira que, após a derrota do quilombo, preferiu suicidar-se a retornar para o cativeiro (TELES, 2017).

No Brasil, no final do século XIX, muitas mulheres já trabalhavam na indústria, constituindo, por exemplo, grande maioria das operárias do setor têxtil. Muitas delas já haviam se engajado nas lutas sindicais e socialistas por melhores salários e condições de trabalho, de saúde, denunciando, também, os abusos e discriminações de gênero e lutando pela diminuição da jornada de trabalho para oito horas, como nos lembra a feminista Maria Amélia Teles (2017).

A professora baiana Leolinda Daltro mobilizou muitas mulheres em torno do voto e criou o Partido Republicano Feminista e a Associação Feminista, integrada às lutas operárias em 1918, lembra a pesquisadora feminista Ana Alice Costa (2006). Em 1922, liderada pela bióloga Berta Lutz, uma nova frente

¹⁸ Para Costa (2006) os primeiros congressos reconhecidos como feministas aconteceram em Buenos Aires, na Argentina em 1906 e 1920 e na cidade de Yucatan, no México, em 1916, 2006).

¹⁹ Segundo Sarti (2004), em suas origens, o feminismo brasileiro se autodenominava “movimento de mulheres”.

se consolida em torno das lutas pelo voto e acesso das mulheres à educação (TELES, 2017), que se propagou por muitos países latino-americanos, graças ao protagonismo de mulheres das classes altas e médias²⁰.

Desde a conquista do direito ao voto, em 1932, até o início dos anos 1960, o movimento feminista vivenciou um processo que poderíamos chamar de retração nas lutas políticas mais amplas. Trata-se, contudo, de um fenômeno que não pode ser entendido, como abandono, pelas mulheres, da luta por acesso aos espaços públicos. O que aconteceu, pelo contrário, é que sua militância se deslocou para espaços públicos locais. No Brasil e na América Latina, as mulheres se organizaram numa diversidade de lutas localizadas direcionadas, segundo Teles (2017), ao combate à carestia²¹, à criação de clubes de mães, à participação ativa nas associações de bairro, às lutas por educação e creche, além da participação na luta pela defesa das riquezas e pela paz no mundo. Na década de 1940, no Brasil, as organizações femininas, vinculadas ao Partido Comunista Brasileiro, se esforçaram para uma ampla mobilização das mulheres.

De forma geral, podemos caracterizar esta primeira fase do feminismo, como o fazem Costa (2006) e Teles (2017) como sendo de caráter eminentemente conservador. A divisão sexual dos tradicionais papéis de gênero não era questionada, vindo a ser até mesmo reforçada, quando a referência às virtudes maternais e domésticas era utilizada para legitimar as necessidades das mulheres.

No final dos anos 1960, as mudanças na cultura tradicional e nos costumes introduzidas pelas inquietações traduzidas pelos movimentos sociais contestatórios dos estudantes, dos pacifistas e dos “hippies” na França e nos Estados Unidos impactaram também o Brasil. Foi nesse momento que o movimento das mulheres brasileiras²² começou a ser fertilizado por influências internacionais, que foram rompendo e ampliando a tradicional concepção de que a política seria algo restrito ao espaço público, eminentemente masculino. Nestes anos, as mulheres deram destaque ao lema “o pessoal é político”, trazendo para o espaço público inquietações relacionadas à intimidade do espaço privado e à vida doméstica, rompendo assim com o tácito pacto de silêncio que acobertava a opressão muitas vezes vivenciada no isolamento do espaço privado. Como se sabe, a este processo modernizante incorporaram-se também novos comportamentos afetivos e sexuais, transformadores do jeito de pensar e agir, destacados por Giddens (1993). Neste novo cenário, as mulheres passam a exercer novas funções, não somente no cuidado da casa e da família.

Como movimento mais expressivo, foi com a chamada segunda onda, na década de 1970, que o feminismo passou a ter maior visibilidade em nosso país. Gestado nos segmentos médios da sociedade, na esteira do movimento de oposição ao regime militar, articulou-se com os segmentos populares e organizações comunitárias. Segundo a socióloga Cynthia Sarti (2004), construiu inicialmente uma delicada aliança com a Igreja Católica, através dos grupos de mulheres de bairros, estimuladas pela Teologia da

²⁰ O direito ao voto foi oficializado na América Latina, primeiro no Equador em 1929; no Brasil, Uruguai e Cuba, no início da década de 1930; Argentina e Chile depois do final da segunda guerra mundial e finalmente o México e Peru, nos anos 1950, segundo Costa (2006).

²¹ Segundo Perrot (1991) em 1910, nas zonas industriais da Europa milhares de donas de casa ocuparam as ruas com a crise da vida cara. Pilharam mercados e fixaram preços dos produtos.

²² Registramos também a mobilização de muitas mulheres pelos setores conservadores, que apoiaram o golpe militar no Brasil, com as “Marchas com Deus, pela Pátria e pela Família”, nos anos de 1964 e 1968 (TELES, 2017).

Libertação e pela resistência à ditadura militar. Temas como aborto, sexualidade e planejamento familiar, quando abordados, eram tratados em âmbito bem restrito. Acrescente-se, ainda, a estes fatores, a incidência da modernidade, que proporcionou uma maior incorporação das mulheres à força de trabalho e um maior acesso à educação.

Ao mesmo tempo, nos partidos da esquerda, as mulheres militantes políticas brasileiras e latino-americanas enfrentaram discriminações, tensões e conflitos de gênero constantes, em suas interações com os companheiros de luta política. Entre esses partidos predominava a ideia de que as feministas não passavam de um pequeno grupo alienado psicologicamente e afetivamente desorientado, que copiava modas importadas, estranhas ao continente latino-americano, servindo assim aos interesses ditos imperialistas (SARTI, 2004; COSTA 2006). Tanto as feministas que atuaram nos movimentos guerrilheiros, quanto as que foram exiladas, sofreram estas desqualificações. Quando induzidas, por isso, a romper com os grupos de esquerda, conservaram seu compromisso ideológico com a transformação das relações sociais de produção sem nunca deixar de combater o sexismo prevalecente nesses grupos.

Com relação às feministas brasileiras e latino-americanas, várias autoras convergem ao dizer que o seu fazer político as diferenciava sobremaneira do feminismo norte-americano e europeu. As práticas criadas pelas nossas feministas deram um caráter especial aos movimentos brasileiro e latino-americanos por articular a luta pela mudança social à promoção e à defesa dos direitos das mulheres e por priorizar formas de organização que também mobilizavam as mulheres dos segmentos populares (SARTI, 2004; COSTA, 2006; TELES, 2017). Sarti (2004) qualifica o movimento feminista como sendo de interclasses.

Em 1975, início de uma certa distensão política no país, impulsionadas pelas celebrações do “Ano Internacional da Mulher”, coordenadas pela ONU, muitas atividades de discussão da condição das mulheres, inspiradas no feminismo internacional, foram realizadas nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, mobilizando mulheres interessadas pelo tema. Novos grupos de mulheres emergiram no país, como grupos de estudo e reflexão. Nesse mesmo período, surgem dois jornais feministas, o “Brasil Mulher”, em 1975, e o jornal “Nós Mulheres”, em 1976 (TELES, 2017). Este contexto favorece a visibilidade nacional do movimento feminista.

Importante dar destaque à bravura das mulheres feministas brasileiras. O estudo de sua jornada mostra que não forjaram sua identidade por concessão, mas sim pela atuação coletiva. Para Sarti (2004) o movimento de mulheres militantes que principiou nas ruas e conferiu visibilidade à questão da mulher, no período em que a ditadura chegava ao fim, emergiu da sofrida experiência de mulheres que resistiram ao regime militar, viram ruir suas táticas de tomada do poder pela luta armada, mas persistiram e lograram reelaborar suas derrotas tanto no âmbito político quanto no pessoal. Para a autora, teria sido esta reelaboração do sentido das derrotas sofridas, aliada às suas novas experiências do dia-a-dia, que as remeteu à radicalidade em relação a questão da mulher e à contestação dos comportamentos tradicionais e às assimetrias de gênero. Tendo participado da luta armada e se insurgido contra a ordem política ditatorial, contestavam agora, também, muito especificamente, os padrões sociais instituídos que constrangiam sua

emancipação e desenvolvimento. Questionavam a virgindade e o casamento e foram sentir na pele que, até mesmo entre os homens companheiros de luta, o discurso da igualdade entre os gêneros era apenas retórico.

Sarti (2004) e Teles (2017) falam também da resistência das mulheres às prisões e à tortura de gênero, na ditadura militar. De mulheres que sofreram em seus próprios corpos as marcas da violência física e dos abusos sexuais e foram submetidas à tortura psicológica, baseada na manipulação da relação afetiva entre mãe e filho.

Outro ponto fundamental do movimento, ainda nos anos 1970, refere-se à autonomia das feministas e de suas ideias e táticas, diante dos partidos de esquerda, que, por exemplo, não aceitavam bandeiras específicas, como a do direito da mulher decidir sobre seu próprio corpo (TELES, 2017). Destaque-se que esse zelo pela autonomia do movimento não resultou numa prática desarticulada da de outros movimentos e organizações com lutas semelhantes (COSTA, 2006).

Um dos relatos de Teles (2017) faz referência ao Congresso da Mulher Paulista, realizado em 1979, quando cerca de 900 mulheres, de todas as classes, num clima de sororidade, falaram pela primeira vez em público de suas aflições, do direito ao prazer sexual e da concepção desejada.

No Brasil e na América Latina, na década de 1980, no contexto do aumento dos problemas demográficos urbanos e das crises políticas e econômicas, que colocaram homens e mulheres na luta pela sobrevivência, o movimento social de resistência às ditaduras alia-se às feministas, para afirmar os direitos específicos, dos negros e dos homossexuais, o direito à terra e a condições de moradia, creche e saúde. Foi um tempo fértil quanto ao surgimento de inúmeras instituições e grupos populares, em sua maioria, coordenados por mulheres.

Na passagem para a década de 1980, confirmamos pessoalmente, em favelas do Recife, a força ganha através da conexão de reivindicações por estrutura básica urbana com as relacionadas às dificuldades enfrentadas pelas mulheres no cotidiano doméstico, no processo de reprodução da família, e das condições de sobrevivência que tradicionalmente confirmam a identidade social feminina. Acompanhamos o surgimento de grupos com pautas sobre direitos reprodutivos, violência contra a mulher e sexualidade e a inclusão desses temas em programas de televisão, como o seriado *Malu Mulher* e o programa matinal *TV Mulher*.

Interessante perceber também que a visibilidade conquistada pelas mulheres neste período chamou a atenção dos partidos políticos, que se deram conta de seu potencial angariador de votos junto ao eleitorado feminino, quando agregaram demandas as suas plataformas eleitorais. As eleições para governador conquistadas pela oposição, em 1982 obrigaram as feministas a repensar a possibilidade de atuarem no Estado, na perspectiva de desenvolverem ações públicas para às mulheres. Segundo Teles (2017) o primeiro mecanismo governamental de defesa dos direitos das mulheres, instituído em 1983, foi o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. Conselhos semelhantes foram sendo sequencialmente criados em alguns estados e municípios, até que, finalmente, se instalasse, em Brasília, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Para as militantes, colocava-se, assim, o dilema entre a possibilidade de ampliar sua

influência na esfera governamental e o desejo de preservar a autonomia do movimento (COSTA, 2006).

A atuação das feministas nos espaços governamentais não foi algo de fácil assimilação pelo movimento como um todo. Somente aos poucos, o movimento vai reconhecendo a competência do Estado, na implementação de ações de bem-estar, econômicas, sociais e culturais (MOLYNEUX, 2003 apud COSTA, 2006). Acrescente-se a isso o reconhecimento de que essas poderiam contribuir sobremaneira para uma mudança do pensamento da sociedade em relação à mulher e à equidade de gênero²³.

Juntamente com as organizações de mulheres e o CNDM, o movimento feminista no período da Assembleia Nacional Constituinte capitaneou inovadoras táticas de luta política de enfrentamento de uma realidade cultural patriarcalista. Também coordenou a campanha “Constituinte prá Valer, tem que ter palavra de mulher”, com o intuito de articular as suas demandas, através de encontros em todo país, sistematizadas e entregues aos deputados por meio da “Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte”. Literalmente, mulheres de todas as regiões, de todas as classes sociais, do campo e da cidade, de diversas etnias/raças e ocupações profissionais, se fizeram presentes no parlamento. O efeito da pressão direta exercida pelas feministas sobre os constituintes, aliado à atuação conjunta de toda bancada feminina, independente de partido político, conhecida como “*lobby do batom*”, conseguiu aprovar cerca de 80% das propostas apresentadas. O segmento das mulheres foi, assim, um dos que mais contabilizou avanços constitucionais (COSTA, 2006). Para Teles (2017), a principal exceção foi o direito ao aborto.

Muitas autoras são unânimes em afirmar que, com a Constituição Federal de 1988, as mulheres inovaram com uma prática política independente da mediação dos partidos políticos. Para a jurista Adriana Mello (2016), o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres na família e a rejeição formal à violência doméstica, foram os principais ganhos constitucionais.

No início dos anos 1990, não obstante os avanços constitucionais de 1988, o movimento feminista enfrentou dificuldades de atuação na esfera governamental, muito conservadora, durante o mandato do presidente eleito Fernando Collor de Mello. Para Costa (2006) o próprio movimento se percebeu fragilizado e em um contexto no qual a atuação dos conselhos da mulher acontecia de forma bastante precária. Nesse cenário, algumas militantes históricas criaram as Organizações Não Governamentais - as chamadas “ONG feministas”, com o intuito de influenciar as políticas públicas.

Simultaneamente, uma grande diversidade de identidades feministas começa a se manifestar em todo o país. Nas periferias, muitas mulheres continuam atuando nas associações comunitárias; nos sindicatos as trabalhadoras organizam os setores femininos; no campo, muitas agricultoras rurais entraram em contato com o feminismo, dando visibilidade ao chamado feminismo popular. Para Sonia Álvarez (1994), citada por Costa (2006), nos anos 1980, os grupos feministas formados por mulheres negras expandiram-se, ampliando a agenda política feminista, e o reconhecimento da existência de muitos feminismos.

Para Costa (2006), essa integração constituiu-se como uma das marcas dos encontros preparatórios

²³Em virtude, da atuação das feministas, o CNDM, conseguiu ser legitimado enquanto órgão responsável pelas políticas especiais para às mulheres; destacando-se no apoio à luta pela autonomia do movimento (COSTA, 2006).

das mulheres para a “IV Conferência Mundial sobre a Mulher”, em Beijing, na China, em setembro de 1995, confirmando a diversidade assumida pelo feminismo brasileiro. O processo preparatório agregou potência ao movimento brasileiro. Em 1994, na primeira reunião preparatória para a conferência, no Rio de Janeiro, as feministas criaram a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) com o intuito de intensificar a participação democrática nos preparativos para a conferência²⁴. Os esforços empreendidos pelas mulheres ajudaram a induzir, o até então imóvel, governo brasileiro a apresentar um documento representativo na conferência, a aprovar integralmente a Plataforma de Beijing e passar a absorver as demandas pautadas pelas mulheres.

Esse processo de mobilização para Beijing também favoreceu uma maior articulação entre os movimentos de mulheres do Brasil e da América Latina. Outrossim, com base no acompanhamento dos preparativos do movimento brasileiro rumo à conferência, entre 1993 e 1995, a pesquisadora Sonia Álvarez (2001) identificou cinco tendências na política feminista latino-americana dos anos 1990, descritas por Costa (2006, p. 68-69), das quais, para os fins deste artigo, consideramos que vale destacar duas. A primeira tendência delas diz respeito à ampliação dos espaços de ação das feministas auto-identificadas com a inclusão de outras identidades feministas:

(...) o feminismo negro, o indígena, o lésbico, o popular, o acadêmico, o ecofeminismo, o das assessoras governamentais, o das profissionais das ONGs, o das católicas, o das sindicalistas, (...). Essa heterogeneidade de práticas pôs em destaque a reconfiguração da própria identidade política feminista latino-americana cristalizada na década de 1970 e no princípio dos anos 1980 e deu destaque ao caráter plural, multicultural e pluriético destes feminismos.

A segunda tendência foi a da assimilação de grande parte das pautas feministas, por parte das organizações da sociedade civil e do Estado. Essa assimilação concretizou-se na criação, pelos governos da América Latina, de organismos, ministérios e de secretarias de políticas para as mulheres, assim como na inclusão de princípios de equidade de gênero nas novas Constituições democráticas. Concretamente, nos referimos à formulação e adoção de políticas públicas afirmativas para as mulheres, assim como a sua avaliação e monitoramento sistemáticos, ao aperfeiçoamento das leis de proteção à mulher e aos pactos internacionais firmados pelos governos locais. Há também que considerar que do início ao fim do processo, o movimento de mulheres esteve à frente de toda a interlocução com o Estado.

Apesar de expressivos, esses avanços não foram suficientes para evitar que, cinco anos após a assinatura dos compromissos de Beijing, uma avaliação das ações governamentais direcionadas às mulheres, realizada pela AMB junto com outras organizações, viesse a constatar a debilidade dos instrumentos executivos implementados, resultante, em grande parte, da escassez de recursos financeiros e humanos disponibilizados e do insignificante poder dentro do aparato estatal (COSTA, 2006).

²⁴ Segundo Costa (2006) mais de 800 instituições de mulheres participaram no processo. Em torno de 4.000 representantes de 25 fóruns estaduais, aprovaram a Declaração das Mulheres Brasileiras para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, entregue ao governo brasileiro.

Preocupadas com este cenário de descaso e estabelecendo novas estratégias políticas, em 2002, alguns setores do movimento feminista se mobilizaram no intuito de comprometer os candidatos à Presidência da República com as demandas das mulheres. No primeiro semestre deste mesmo ano, mais de 5.000 militantes do movimento se organizaram para participar de 26 Conferências Estaduais e construir a carta de princípios: “Plataforma Política Feminista”. Esta Plataforma tinha o propósito de fortalecer a democracia e superar as desigualdades socioeconômicas, de gênero e de raça/etnia. Em junho, realizaram a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, com cerca de 2.000 representantes das conferências estaduais e municipais e das redes nacionais, que reiteraram a importância da responsabilidade do Estado e dos governos para a justiça social com políticas realmente públicas, sem a mediação do mercado, para todos e todas (COSTA 2006). Esta plataforma, que teve ampla divulgação da mídia, foi entregue a todos os candidatos a presidência e aos governos estaduais, representantes de partidos, senadores e deputados e tornou-se o documento parâmetro das lutas das mulheres²⁵ (COSTA, 2006).

Numa militância incessante, o movimento de mulheres e feministas não desistiu da luta. Na persistência de criar ou estar nos espaços de interlocução institucional com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em julho de 2004, participa da “I Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres”, com o intuito de construir “as diretrizes da política nacional para as mulheres na perspectiva da igualdade de gênero, considerando a diversidade de raça e etnia” (PLANO NACIONAL..., 2004, p. 11).

Dando seguimento ao processo de desenvolvimento das ações públicas para as mulheres, três outras Conferências Nacionais foram organizadas em todo o país, nos anos de 2007, 2011 e 2016, respectivamente, estas duas primeiras com a participação de cerca de 200 mil mulheres, cada uma (PLANO NACIONAL..., 2013). A IV Conferência, em maio de 2016, aconteceu em meio ao turbilhão político de resistência contra o processo de impeachment da primeira mulher presidenta do país, a economista Dilma Vana Rousseff. O tema por “Mais direitos, participação e poder para as mulheres”, teve como desafio intensificar a democracia e garantir a consolidação das políticas já implementadas. Contou com cerca de 150 mil mulheres, representando todo o território nacional, inovando com a realização de consultas nacionais aos grupos com maiores dificuldades de expressão nos processos convencionais de participação social: mulheres com deficiência, transexuais, indígenas, ciganas, quilombolas e de religião de matrizes africanas²⁶.

²⁵Ao mesmo tempo e de forma articulada à construção da Plataforma, algumas ONG feministas, coordenadas pela Agende e o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) do Brasil monitoravam o Protocolo Facultativo da “Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher” (CEDAW) ratificado pelo governo brasileiro, também integrante da campanha “Os direitos das mulheres não são facultativos”. Apenas em 2002, o governo brasileiro apresentou o primeiro relatório sobre as ações desenvolvidas nas esferas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Em paralelo, o movimento através de redes com cerca de 400 entidades, elaborou um relatório alternativo para subsidiar o CEDAW e o novo governo, enfatizando necessidade do diálogo e a melhora das ações governamentais federais, para eliminação da pobreza, da violência e da discriminação contra as mulheres, além da promoção da equidade de gênero.

²⁶Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2016/05/dilma-participa-da-abertura-da-4a-conferencia-nacional-de-politica-para-as-mulheres> Acesso em 22 de dez. de 2017.

2.2.1 O enfrentamento à persistente violência contra a mulher

A revisão da longa trajetória social das mulheres no Brasil, nos fez perceber que apesar de ainda persistentes, as antigas e naturalizadas práticas de violência doméstica contra a mulher saíram da invisibilidade e passaram a ser abertamente denunciadas nas ruas. Trata-se de mudanças que ganham destaque diante do pano de fundo constituído por lembranças de infância de uma das autoras, que remetem a um bairro popular da cidade do Recife, na década de 1970, antes, portanto, da promulgação da Lei do Divórcio²⁷. Trata-se de lembranças de uma criança que, de quando em quando, testemunhou cenas em que um marido ameaçava sua mulher de espancamento, caso esta insistisse em vestir seu “short” curto, ou continuasse a se recusar a obedecer às suas ordens. Eram cenas que, apesar de muito constrangedoras, eram vistas pela comunidade como ocorrências comuns, justificadas socialmente por algo que era visto como uma provocação das mulheres a seus maridos. Cenas que faziam crer às meninas que as testemunhavam, que os sonhos de felicidade das mulheres, estariam condicionados à sorte de ter um marido que não as espancasse e que esta condição não dependeria de seus esforços, estudos ou do fato de trabalhar fora de casa. Dependeria, sim, de uma pura e eventual “cartada” do destino.

A violência contra as mulheres entranhou-se nas relações entre homens e mulheres, na cultura de nossa sociedade patriarcalista. No Brasil Colônia, o Código Filipino, legislação do Reino de Portugal, ditou o arcabouço da justiça brasileira, entre os séculos XVI e XIX. A lei garantia ao marido o direito de matar sua esposa, caso a mesma cometesse adultério ou mesmo se fosse apenas suspeita de traição (MELLO, 2016). Como em outros países, o pai, o marido e demais homens da família exerciam poder e controle sobre as mulheres, restringindo seus movimentos ao espaço privado, como discutimos anteriormente.

Referimo-nos à legislação do século XVI, para mostrar que, no Brasil, a violência contra as mulheres, por séculos naturalizada e normatizada, ainda guarda forte cunho patriarcalista. Relatos históricos dão conta de uma diversidade de castigos²⁸ que os maridos infringiam às suas mulheres, numa sociedade cujos valores e comportamentos se pautavam na dupla moral definida para o homem e a mulher, especialmente no casamento.

Mais de quatro séculos depois da legislação filipina, a violência contra a mulher persiste. Em 1976, causou comoção social o assassinato da *socialite* Ângela Diniz, com quatro tiros na cabeça, pelo companheiro Raul Fernando Doca Street, após intensa discussão. Além da violência do crime em si, o caso ganhou notoriedade pelo argumento considerado machista apresentado pela defesa do acusado, absolvido com a tese de legítima defesa da honra, na época ainda generosa e corriqueiramente utilizada nos tribunais quando um homem matava sua companheira. Com base em outros casos de violência e nesta decisão judicial, as feministas passaram a mobilizar a sociedade em torno da questão da violência contra a mulher com a

²⁷ A primeira Lei do Divórcio no Brasil foi aprovada em 1977.

²⁸ Mary Del Priore (2014) encontrou nos arquivos paroquiais nos séculos XVIII e XIX, relatos de mulheres que eram surradas com varas incrustadas de espinhos, obrigadas a dormir fora da casa, proibidas de comer por vários dias, e ainda, situações em que eram amarradas ao pé da cama para que seus esposos copulassem com suas amantes.

campanha “Quem ama não mata”. Em novo julgamento, em 1981, Doca Street foi sentenciado a 15 anos de prisão²⁹.

A campanha das feministas suscitou muitas mobilizações em torno da violência contra a mulher em todo o país, dando visibilidade aos assassinatos ocorridos, desde a década de 1970. Com esta discussão trazida para o espaço público, o movimento passou a exigir providências por parte do Estado³⁰.

Como ponto alto deste processo de luta, três décadas mais tarde, em 07 de agosto de 2004, foi sancionada a Lei No. 11.340/2006, nacionalmente conhecida como Lei Maria da Penha³¹, para coibir a violência doméstica, através de medidas de prevenção, assistência e proteção às mulheres em situação de violência (MELLO, 2016).

Mas a tão desejada lei, não produziu resultados compatíveis com as expectativas geradas por sua promulgação. Dados do “Mapa da Violência de 2015: homicídios de mulheres no Brasil” revelaram, 10 anos após a promulgação da lei, uma taxa nacional de 4,8 homicídios para cada cem mil mulheres (WASELFSZ, 2015). Mello (2016) cita que segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), num universo de 83 países, o Brasil apresentava a quinta maior taxa de homicídios. Com base nos dados nacionais do Mapa da Violência, na vigência da Lei Maria da Penha, a taxa de homicídios de mulheres havia decrescido apenas em cinco estados: Rondônia, Espírito Santo, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro e nos demais 22, havia crescido. No país, entre 2003 e 2013, os registros de homicídios apresentaram um crescimento de 21%. Em 2013, 4.762 mulheres foram mortas. Deste total, 2.394 (50,3%) como vítimas de um familiar. Este número mostrou que quase sete mulheres são mortas por dia, por alguém muito próximo.

No mundo inteiro, a manifestação maior da violência contra a mulher é o óbito e cerca de 40% destes óbitos tem sido perpetrado por um parceiro íntimo. No Brasil, estudos do IPEA (2013) realizados entre 2001 e 2011, estima-se que aconteceram mais de 50 mil feminicídios, ou seja, cerca de 5 mil óbitos por ano. Esses estudos constataram que não houve redução das taxas de mortalidade, com a vigência da Lei Maria da Penha.

Segundo Mello (2016), a escassez de informações oficiais quanto aos homicídios de mulheres, os números crescentes de feminicídios e as denúncias de omissão do governo na aplicação dos mecanismos legais de proteção à mulher em situação de risco de vida, fez com que o Senado Federal criasse a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher (CPMIVCM).

As constatações desta Comissão foram decisivas para o reconhecimento da necessidade de criminalização do feminicídio no Brasil. Percebeu-se ser urgente a necessidade de elaborar e aprovar uma nova lei, capaz de suprir uma lacuna jurídica deixada pela Lei Maria da Penha que, abrange apenas casos de

²⁹Disponível em: <http://acervofolha.blogfolha.uol.com.br/2016/12/30/ha-40-anos-assassinato-de-angela-diniz-parou-pais/> Acesso em: 30 dez. 2016.

³⁰ Em 1985, foram criadas as Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAM), segundo Teles (2017).

³¹ O caso da farmacêutica Maria da Penha Fernandes que deu nome a lei é emblemático. Por quase vinte anos ela lutou para que seu agressor, à época seu marido, fosse responsabilizado pelas duas tentativas de assassinato perpetradas contra ela, com tiros e choques elétricos. Após muitas pressões internacionais e apelação à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA), o governo brasileiro finalmente acatou a recomendação e prendeu o marido. As agressões vivenciadas, deixaram-na paraplégica, aos 38 anos de idade (MELLO, 2016).

lesão corporal relacionados à violência doméstica deixando de incluir a violência letal. Assim, em março de 2015, foi sancionada a Lei No. 13.104/2015, que define o feminicídio como modo qualificado de crime de assassinato da mulher por questões de gênero (quando compreende violência doméstica e familiar, ou menosprezo e discriminação à condição de mulher), incluindo-o entre os tipos de homicídio qualificado (MELLO, 2016).

O que se percebe, portanto, é que, a despeito de todas as lutas, conquistas e avanços do movimento feminista brasileiro, a persistência qualitativa e quantitativamente assustadora da violência doméstica contra a mulher se apresenta, ainda nos dias de hoje, como um dos mais complexos desafios a ser enfrentados por uma sociedade que se pretende democrática.

Considerações Finais

Pela primeira vez e juntas conseguimos, em público, conversar mais íntima e profundamente sobre o nosso dia-a-dia, percebemos o quanto este nosso cotidiano é comum a todas nós. (...) sentimo-nos orgulhosas de nossa condição de mulher - já não mais mulheres isoladas e impotentes ante a situação que nos é imposta, mas mulheres decididas a mudar a sorte. Trecho extraído do documento do Congresso da Mulher Paulista, em 1979, citado por Maria Amélia Teles (2017, p. 122).

A sucinta e necessariamente limitada análise que aqui se encerra, deixa claro que melhor que falar de uma jornada histórica das mulheres, seria talvez considerar a diversidade dessa jornada e falar de múltiplas jornadas realizadas no contexto de possibilidades e limites definidos em diferentes épocas, por contextos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos muito específicos.

Sabemos que apesar dos avanços alcançados pelas mulheres ocidentais em sua passagem do espaço privado para o público, nossas sociedades ainda estão muito longe de ser equânimes, na perspectiva de gênero. Como demonstra a persistência da violência doméstica no Brasil, mesmo feridas, as estruturas patriarcalistas resistem tenazmente nas diferentes classes e esferas sociais e nas diferentes culturas. Diante dessa resistência, profundamente enraizada institucionalmente, economicamente e culturalmente, análises e avaliações sistemáticas dos avanços conquistados e da realidade enfrentada no espaço público e privado, continuam a ser instrumentos estrategicamente imprescindíveis para a continuidade de lutas e processos.

Como parte dessas avaliações, sugerimos cotejar observações e fatos relacionados ao que acontece com as relações de gênero (i) nos espaços e estruturas familiares, com (ii) a evolução das dinâmicas características do universo das relações sexuais e amorosas e, (iii) as transformações dos padrões de hierarquia nos espaços da economia, da política, da produção cultural, da ciência e da religião. A natureza dos vínculos objetivos e subjetivos, de causa e efeito, retroalimentação, reforço ou enfraquecimento mútuo que relacionam as dinâmicas prevalentes nesses três universos das relações de gênero não parecem ser lineares, mas sim, de complexa dialética.

Não é por menos que as mulheres continuam pagando um alto preço pela ampliação de seus espaços na família e na intimidade: a dupla jornada de trabalho; salários desiguais; desproporcional responsabilização pelos cuidados da família; violência doméstica, física, psicológica e material, hoje mais visíveis e denunciadas, constituem, a nosso ver, expressões da reação da ordem patriarcalista aos avanços alcançados por elas ao longo dos últimos séculos.

Referências

ALMEIDA, Ângela Mendes de. **Notas sobre a família no Brasil**. In: ALMEIDA, Ângela M. [ET AL]. (Orgs). *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRRJ, 1987, p. 53 à 66.

ARENDT, Hanna. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/plano-nacional-politicas-mulheres.pdf> Acesso em: mar. de 2016.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf> Acesso em mar. de 2016.

CARLOTO, Cássia M; MARIANO, Silvana A. **No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 18(2): 352, maio-agosto, 2010, p. 451- 471.

CASTELLS, Manuel. **O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação**. In: *O poder da identidade*. Volume II. 2ª edição, São Paulo, Paz e Terra, 1999, p. 169 - 285.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. IN: VV.AA. *Cruzamento: raça e gênero*. UNIFEM, 2004, p. 7-16 / Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf> Acesso em 25 set. 2016.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O movimento feminista no Brasil: uma dinâmica de intervenção política**. In: MELO, Hildete Pereira de; PISCITELLI, Adriana; MALUF, Sonia W.; PUGA, Vera Lúcia (Orgs). *Olhares feministas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006, p. 51-82.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas. Sexualidade e erotismo na história do Brasil.** São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2014.

HEILBORN, Maria Luíza. **Gênero e condição feminina: uma abordagem antropológica.** In: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO. Mulher e Políticas Públicas. Rio de Janeiro: UNICEF, 1991. pt. 1, p. 23 à 69.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Dimensões preliminares da responsabilidade feminina pelos domicílios: um estudo do fenômeno a partir dos censos demográficos 1991 e 2000.** OLIVEIRA, Sonia, SABÓIA, Ana Lucia, COBO, Bárbara. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66197.pdf> Acesso em 29 jul. 2017.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Estatísticas de gênero - uma análise dos resultados do censo demográfico de 2010.** RJ, 2014. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2017.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil. 2013.** Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf Acesso em 27 dez. 2017.

LEFAUCHER, Nadine. **Maternidade, família, Estado.** In: PERROT, Michelle e DUBY, Georges (Orgs). História das mulheres no ocidente. Afrontamentos, São Paulo: Ebradil, vol. 5, 1991, p. 479 à 503.

MELLO, Adriana R. **Femicídio: uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil.** Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016.

PERROT, Michelle. **“Sair”.** In: DUBY, George; PERROT, Michelle (Orgs). História das mulheres: o século XIX. Lisboa: Ed. Afrontamento, 1991, p. 503-539.

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória.** In: Revista Estudos Feministas. Florianópolis, 12(2) maio-agosto/2004, p. 35 à 50.

TELES, Maria Amélia de A. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios.** São Paulo: Editora Alameda, 2017.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil.** 1ª Edição. Brasília/DF, FLACSO Brasil, 2015. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf Acesso em: 25 set. 2016.